

ECONOMIA & TRABALHO

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, domingo,
8 de junho de 1997

21

EDITOR: Nelson Torreão. SUBEDITORA: Rozane Oliveira. Telefone: (061) 342-1190/342-1191. Fax: (061) 342-1155. E-mail: economia@cbdata.com.br

À MARGEM DA ESTRADA

Economista norte-americano alerta que o Brasil poderá perder investimentos externos por causa de seus problemas estruturais

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — O rombo potencial das dívidas do governo e de empresas privadas em 1997 é de US\$ 100 bilhões. Com a demora das reformas constitucionais que equilibrariam a economia, cresce a dependência do Brasil por dólares. Por outro lado, os juros nos Estados Unidos e Japão crescerão nos próximos dois anos, aumentando os investimentos naqueles países e encurtando a liquidez disponível para o resto do mundo. Portanto, os riscos de investimento no Brasil não vão diminuir este ano e podem piorar em 1998.

Esse diagnóstico feito por Arturo Porzecanski, diretor-executivo e eco-

nomista-chefe do banco ING Baring em Nova York, causou apreensão em Wall Street e repercutiu junto aos aplicadores de recursos nos países em desenvolvimento. De Nova York, por telefone, Porzecanski, um dos especialistas em América Latina mais respeitados no mundo financeiro, concedeu uma entrevista exclusiva ao *Correio Braziliense*.

O economista diz que a deterioração das contas internacionais do país tem raízes em problemas estruturais. “Nos últimos três anos o Brasil não tem feito grandes progressos. As reformas Administrativa, da Previdência Social e Tributária são urgentes. Elas demoram muito tempo para surtir efeito no setor público e estão diluídas. As regras para a atuação das

empresas privadas com petróleo, minerais, energia elétrica e até telecomunicações não estão saindo. Quem investe quer ver as normas. Ou elas não existem ou tendem a não ser independentes. Há indícios de que os órgãos reguladores sofrerão fortes influências dos respectivos ministérios”, analisa.

Para Porzecanski, o governo subestima as necessidades de refinanciamento dos débitos do país que deverão ser quitados em 1997. “O Banco Central fala em algo entre US\$ 50 bilhões e US\$ 60 bilhões, mas a quantia chega a US\$ 100 bilhões”, afirma.

O economista imagina um critério para distribuir o passivo correto. São US\$ 10 bilhões de déficit das importações sobre as exportações. Mais US\$ 20 bilhões na balança de serviços, que inclui basicamente despesas com juros, fretes e envio de royalties de multinacionais a suas matrizes. Outros US\$ 20 bilhões são necessários para amortizar a dívida externa do governo e de empresas privadas,

que captaram grande quantidade de Eurobônus (títulos no exterior) nos últimos quatro anos. Esses pagamentos serão feitos com novos empréstimos. “Além disso, há obrigações de curto prazo, US\$ 50 bilhões, que precisam ser roladas. Essa quantia consiste em linhas de financiamento, entre elas destaque créditos para importações e empréstimos interbancários”, detalha.

Nos cálculos de Porzecanski, esses débitos representam 12,5% do Produto Interno Bruto (soma das riquezas elaboradas em um ano) de US\$ 800 bilhões. “Trata-se de quase três vezes a mais que o déficit de US\$ 32 bilhões das contas do governo para 1997. Por enquanto não está havendo problemas para receber capitais. Apesar de o País ter US\$ 60 bilhões em reservas cambiais, não é fácil levantar US\$ 100 bilhões. Se houver qualquer crise internacional, como aconteceu no México em 1994, será bem mais difícil para receber tais aplicações.”

Renato dos Anjos



Arturo: “Nos últimos três anos o Brasil não tem feito grandes progressos”